

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: UM ENFOQUE NAS DISPARIDADES ÉTNICAS, SOCIAIS E DE GÊNERO

MARIANA NASCIMENTO¹

ALANE JESUS DE BRITO²

MAILE CAROLINE SANTOS NOVAES³

FABIANE SILVA CARNEIRO⁴

INTRODUÇÃO

No contexto da segurança alimentar, Kepple & Segall-Corrêa (2011) desenvolveram um marco conceitual que identifica determinantes múltiplos e intersetoriais distribuídos em nível macro, socioeconômico que trata das políticas institucionais, tanto internacionais como nacionais no campo econômico e social os quais desempenham um papel fundamental. No âmbito regional/local, onde diz respeito ao acesso de alimentos, foi identificado fatores condicionantes que são: emprego, preço dos alimentos, disponibilidade de serviços públicos, educação, saúde e discriminação racial. Outro fator que corrobora são as características demográficas e socioeconômicas com: raça, gênero, escolaridade e renda, desempenham um papel significativo (Silva et al., 2022).

Para Santos et al. (2022), o conceito de interseccionalidade pressupõe que múltiplas categorias sociais interagem no nível das experiências individuais, refletindo sistemas interconectados de privilégios e opressões no nível macrossocial, como o racismo e o sexismo. Portanto, determinantes sociais como renda, gênero e raça, e suas interações, moldam a manifestação da insegurança alimentar em diferentes populações, representando uma violação ao direito humano e à alimentação adequada.

¹ Discente UNEX- Jequié Faculdade de Excelência. E-mail: mariananutrition13@gmail.com

² Docente UNEX- Jequié Faculdade de Excelência. E-mail: alanejbrito@gmail.com

³ Discente IFBA-VCA, e-mail: mailenovaes@gmail.com

⁴ Docente UNEX- Jequié Faculdade de Excelência. E-mail: carneirofabiane6@gmail.com



O Brasil é o maior contingente de população negra fora do continente africano, é evidente que as marcas históricas da escravidão e da marginalização persistem, tornando-se essa população mais propensa a desfechos negativos de saúde, mortalidade e redução no acesso a bens e serviços (Dutra et al., 2021).

Nunes (2023,) destaca que em julho de 2022, no inquérito nacional que avaliou a insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, destacou que a fome possui dimensões de raça e gênero. Evidenciou que lares com responsáveis pretos apresentaram maior grau de insegurança alimentar em comparação com os lares onde as pessoas se autodeclararam brancas.

A formação da sociedade brasileira e o modo como a população negra nela se insere têm uma relação direta com o seu processo saúde-doença (Oraka, 2020), gerando efeitos negativos e de vulnerabilidade em ambientes com escasso acesso aos direitos de cidadania e à riqueza social, apresentando desproporções de raça como fator que agrava as desigualdades em saúde, sendo essencial para entender as determinações sócio-históricas do processo de morbimortalidade deste grupo.

Em virtude disso, este trabalho objetiva avaliar a insegurança alimentar e nutricional entre a população negra no Brasil e compreender esse fenômeno complexo e multidimensional.

METODOLOGIA

Este estudo trata -se de uma revisão bibliográfica que segundo Booth et al. (2008), " é um processo sistemático e rigoroso de identificação, avaliação e síntese de evidências relevantes para uma pergunta de pesquisa". Cooper (1988) destaca que a revisão bibliográfica deve ser conduzida com a máxima objetividade possível, ou seja, é imprescindível evitar perspectivas pessoais na escolha de trabalhos e na forma de interpretá-los.

Dessa forma, este trabalho buscou analisar ideologias e diferentes



perspectivas sobre a insegurança alimentar e nutricional da população negra, onde foi realizado a identificação e seleção a partir da pesquisa por descritores de insegurança alimentar, saúde da população negra e interseccionalidade. Posteriormente, foram selecionados estudos com base nos títulos e resumos, além de serem lidos de forma integral seguidamente, assim foi executado um levantamento e revisão minuciosa de obras publicadas sobre o tema abordado, com o objetivo de reunir e analisar os textos, desempenhando uma análise criteriosa a fim de elencar os que farão parte da análise e escrita, oferecendo um apoio consistente para a tarefa em discussão.

Selecionou -se estudos com base nos títulos e resumos, além de serem lidos de forma integral seguidamente. Para encontrar trabalhos científicos, foi realizada uma pesquisa na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), bem como no google acadêmico. Foram excluídos artigos científicos que não tratavam do estado federado e os que não relacionavam a insegurança alimentar e nutricional da população negra. E como marco temporal usou-se os anos de 2018 a 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A alimentação não é apenas um direito humano, mas também uma necessidade biológica essencial, já que é por meio da digestão e absorção de nutrientes contidos nos alimentos que o corpo humano mantém suas funções vitais, sendo uma das necessidades mais elementares dos seres humanos (Souza et al., 2023).

Conforme estabelecido na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, em seu Artigo 2º, "A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população" (BRASIL, 2006, Art.



2º).

No contexto da insegurança alimentar que afeta desproporcionalmente a população negra no Brasil, é essencial reconhecer o compromisso do país com os princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), conforme estabelecido no Artigo 8º também da Lei nº 11.346/2006. De acordo com esse princípio, o SISAN se baseia na universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação. Este princípio ressalta a importância de assegurar que todos, independentemente de sua origem étnica, tenham acesso igualitário à alimentação adequada como um direito fundamental do ser humano é um componente essencial da dignidade da pessoa (BRASIL, 2006, Art. 8º).

De acordo com Pineda et al. (2023), apesar da agropecuária ser um setor economicamente relevante, especialmente no Brasil, nas áreas mais vulneráveis das metrópoles, o acesso a serviços e recursos coletivos, incluindo alimentos, é mais desafiador. Notavelmente, alimentos mais saudáveis, como frutas e hortaliças, são mais abundantes em bairros de média a alta renda em comparação com bairros de baixa renda .

Serenini et al. (2023) cita que a insegurança alimentar (IA) está relacionada à incapacidade de acessar regularmente alimentos de qualidade em quantidade suficiente para atender às necessidades individuais, sem comprometer outras necessidades básicas, como moradia, educação, saúde, lazer e transporte. Ela é fortemente influenciada pela renda familiar, e a redução na renda mensal per capita por domicílio aumenta o risco de insegurança alimentar, afetando tanto a qualidade quanto a quantidade de alimentos disponíveis, bem como contribuindo para a fome .

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018 no Brasil, a alimentação representa, em média, 17,5% do orçamento familiar e é a terceira maior despesa nos gastos domiciliares. Esse percentual é ainda mais alto em famílias rurais em comparação com famílias urbanas (Pineda et al.,

"ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

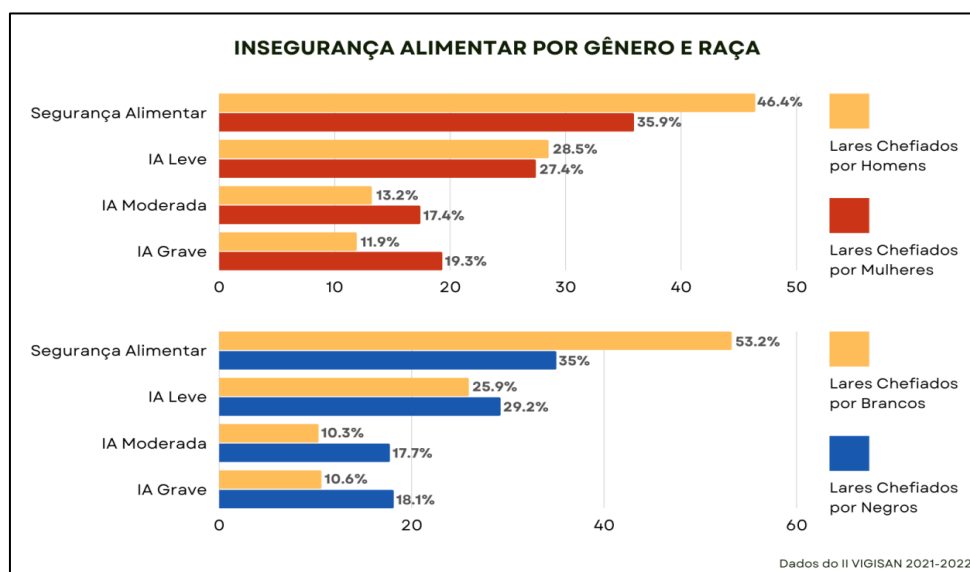
CANTINHO DO GRIÔ

2023). Segundo Oraka et al. (2020) a avaliação do IMC como variável contínua e sua relação com a renda, nota-se claro gradiente negativo, ou seja, conforme a renda aumenta, diminui o IMC.

Segundo dados da Food for Justice (2021), entre novembro e dezembro de 2020, quase 60% (59,4%) dos domicílios brasileiros que foram entrevistados na pesquisa, enfrentavam situação de inSAN, das quais 40,8% eram pardos e 10,8% negros. Analisando o nível máximo de inSAN, ou seja, a fome, ela alcançou os percentuais de 23,4% entre domicílios cujos responsáveis eram pessoas pretas e 18,9% nos domicílios cujos responsáveis eram da raça ou cor parda. (Souza et al., 2023).

De acordo com a pesquisa realizada por Suárez (2022), além dos fatores geográficos, o perfil da pessoa de referência nos lares brasileiros desempenha um papel fundamental na determinação da segurança alimentar. Os resultados revelam que a insegurança alimentar afeta de forma desproporcional as mulheres e pessoas negras. Enquanto 35,9% dos domicílios chefiados por mulheres desfrutam de segurança alimentar, esse número é maior, chegando a 46,4%, nos lares liderados por homens. Da mesma forma, a insegurança alimentar severa (moderada e grave) atinge 36,7% dos domicílios chefiados por mulheres, em comparação com 25,1% dos domicílios liderados por homens. Esses dados são melhores expostos no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Níveis de insegurança alimentar por gênero e cor



Fonte: Jaqueline Suarez (2022).



Já um estudo realizado por Silva et al. (2022) explorou a temática da inSAN sob a perspectiva da interseccionalidade, considerando as dinâmicas de poder, tais como o racismo e o sexismo. A pesquisa, posteriormente, examinou 14.713 residências na cidade de Salvador, Bahia, durante o período de 2018 a 2020, alcançando os seguintes desfechos: 50,1% dos lares estudados eram liderados por mulheres negras, seguido por homens negros, com 35,4%. As mulheres brancas correspondiam a 8,3%, e os homens brancos a 6,2%. Onde as taxas de insegurança alimentar e nutricional foram maiores nos lares administrados por mulheres negras (insegurança alimentar e nutricional leve: 25,6% e insegurança alimentar e nutricional moderada ou grave: 21,2%) (Souza et al., 2023).

Dessa forma, Santos (2022) diz que o racismo ainda persiste de forma marcante na sociedade brasileira, com raízes na falta de garantias para a população negra após a abolição da escravatura em 1888. Isso se manifesta na estrutura social, afetando o comportamento dos indivíduos e levando a restrições sociais. Além disso, o Brasil é conhecido por sua desigualdade socioeconômica, que se manifesta de várias maneiras, incluindo desigualdades de gênero, raça, região de residência e características sociodemográficas dos chefes de família, resultando em uma distribuição desigual de segurança alimentar e insegurança alimentar no país. Observa-se que estruturas sociais como racismo, sexismo e classismo perpetuam a invisibilidade das mulheres negras, resultando em um aumento significativo da insegurança alimentar em lares chefiados por pessoas pretas, principalmente mulheres (Silva et al., 2022; Nunes, 2023).

CONCLUSÃO

As desigualdades socioeconômicas e estruturais no Brasil estão ligadas às disparidades de acesso à alimentação. A marginalização da população negra no país, resultado de um histórico de discriminação, resulta diretamente



em sua segurança alimentar. Os números mostram que os domicílios liderados por mulheres e pessoas negras são mais afetados pela insegurança alimentar, refletindo a interseção de desigualdades de gênero e raciais. Os dados da pesquisa também revelam que o acesso desigual aos alimentos é uma realidade em muitas áreas, onde alimentos saudáveis, como frutas e hortaliças, estão em menor quantidade nos bairros de baixa renda.

Em um país caracterizado por sua diversidade e riqueza cultural, a luta pela segurança alimentar é uma questão de justiça social e direitos humanos. A promoção da igualdade de acesso à alimentação adequada não apenas atende aos princípios consagrados na Constituição Federal, mas também é essencial para construir uma sociedade mais justa e equitativa, buscando assim o equilíbrio.

Conclui-se assim a necessidade de uma participação da sociedade como um todo, englobando as autoridades, organizações e demais setores em busca de superar a insegurança alimentar que atinge ainda milhões de pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.

DUTRA, M. K. M.; SILVEIRA, V.N.C.; VIOLA, P.C.A.F; ZAIDAN, F. S; CARVALHO, C. A. **Desigualdade de raça/cor e estado nutricional de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família no Maranhão e no Brasil**; DEMETRA.2021.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. **Departamento de Medicina Preventiva e Social, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas**. Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, Cidade Universitária, 13081-970.

NUNES, Nathalia César. **Entre becos e vielas: práticas culinárias de mulheres participantes de um projeto social e moradoras no Complexo Paraisópolis**. 2023. Tese (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: 10.11606/T.6.2023.tde-10032023-153554. Acesso em: 2023-10-26.



ORAKA, C. S.; FAUSTINO, D.M.; OLIVEIRA, E.; TEIXEIRA, J.A.M.; SOUZA, A. S. P.; LUIZ, O.C. **Raça e obesidade na população feminina negra: uma revisão de escopo**; Sec. Est. Saúde SP. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rSWR5gRGwVNpHphdqZ7sLSJ/?lang=pt>
Acesso em: 25 de outubro de 2022

PINEDA, A. M. R.; Amorim, T. M. A. X.; Villarreal, V. I.H.; Mendivil, L. L. L.; Oliveira, J. S.; Cesse, E. Â. P.; Souza, N. P.; Lira, P. I.C. **Cien Saude Colet.** 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-37202911>

SANTOS, L. A. **Desigualdade de gênero na insegurança alimentar e o consumo de alimentos nos domicílios brasileiros**; Tese (Doutorado em Ciências Nutricionais); Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2022

SANTOS, L.A. FERREIRA, A. A.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SABINO, L. L.; OLIVEIRA, L.G ; SALLES-COSTA, R.. **Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil**; Cad. Saúde Pública. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT130422>.
Acesso em: 25 de outubro de 2022

SERENINI, M.; VIEIRA, K. C.; SOUZA, C. M.; POBLACION, A.; TOLONI, M. H.A.; TADDEI, J.A. A. C. **A insegurança alimentar pela voz de adolescentes participantes do Programa Bolsa Família.** Rev. bras. estud. popul. 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1449685>

SILVA, S.O.; SANTOS, S.M.C; GAMA, C.M.; COUTINHO, G. R.; SANTOS, M. E. P.; SILVA, N. J; **A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade**; Cad. Saúde Pública; 2022 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT255621>. Acesso em: 25 de outubro de 2022

SOAREZ, Jaqueline. **Mais da Metade dos Brasileiros Hoje Vive a Insegurança Alimentar.** RioOnWatch. 7 de julho de 2022. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=62022>

SOUZA, A.A; CARMO, C.O; GUEDES, L.S; Mácia da Luz BARROS, M.L; SILVA, M.S; MACÊDO, V.P. **Insegurança alimentar e nutricional agravada pelo nutrição no Brasil: algumas considerações.** JNT Facit Business and Technology Journal. 2023; Disponível em: <https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/2279> Acesso em: 2023-10-29

SOUZA, A. A.; CARMO, C. O. GUEDES L. S., BARROS, M. L.; SILVA, M.S.; MACÊDO, V. P. **Insegurança alimentar e nutricional agravada pelo nutrição no Brasil: algumas considerações.** jnt - facit business and technology journal. qualis b1. 2023.